

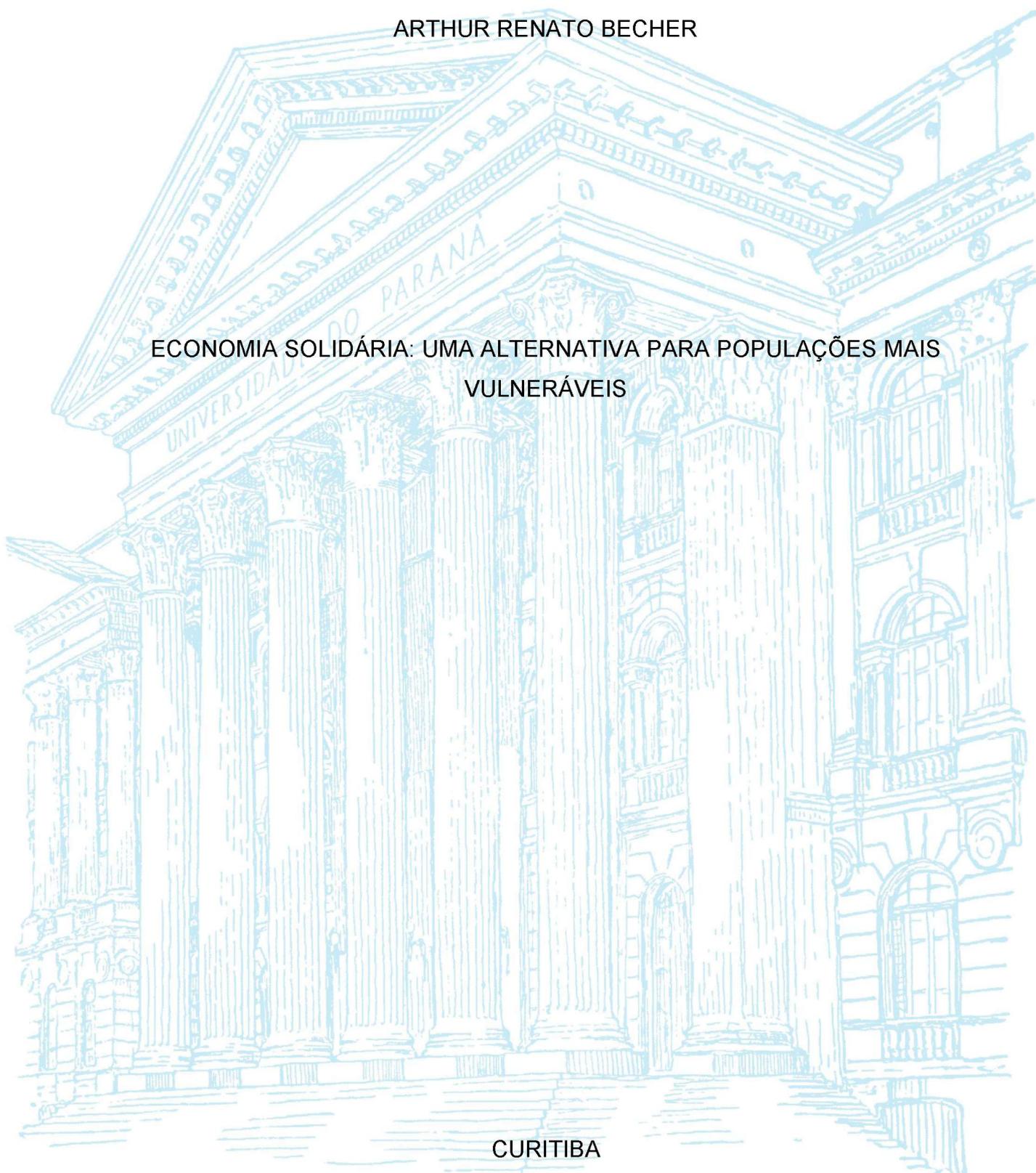
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ARTHUR RENATO BECHER

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA POPULAÇÕES MAIS
VULNERÁVEIS

CURITIBA

2021



ARTHUR RENATO BECHER

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA POPULAÇÕES MAIS
VULNERÁVEIS

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção de título Bacharel, Curso de Ciências
Econômicas Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Angela Welters

CURITIBA

2021

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigar como a Economia Solidária pode ser uma alternativa viável para populações economicamente mais desfavorecidas. Os recentes retrocessos socioeconômicos no Brasil nos últimos anos, como o aumento do nível de desemprego e da pobreza, apontam uma piora na frágil qualidade de vida da população mais vulnerável do país, fazendo com que uma parcela considerável da sociedade brasileira conviva diariamente com grandes problemas de desigualdades sociais e econômicas, e sem maiores esperanças de mudança nesse cenário no curto prazo. Diante desse cenário custoso, algumas iniciativas populares de cooperação pautadas na solidariedade surgem como resposta para tentar sanar as necessidades oriundas desse processo. Tais entidades estão embasadas em princípios como o trabalho associativo, participação de todos nos processos de decisão, produção e distribuição, prezando sempre pelo bem coletivo acima do individual. Apesar de todo o esforço dessas entidades, inserir-se com esses preceitos dentro de um cenário de mercado capitalista não é tarefa fácil e os desafios para se conduzir um modo de produção alternativo são grandes, necessitando uma participação efetiva de outros atores que podem auxiliar a Economia Solidária, como: o Governo, entidades de representação e assessoria, trabalhadores e consumidores. O objetivo desse trabalho é descrever alguns aspectos históricos e conceituais da Economia Solidária, sua realidade no Brasil, a inserção de políticas públicas como apoio a esse movimento e como algumas iniciativas de assessoria auxiliam os empreendimentos de Economia Solidária. Os aspectos observados mostram que experiências nesse sentido podem ser transformadoras para os agentes envolvidos e o local onde estão inseridos, conjuntamente com o importante apoio de políticas públicas e assessoria voltadas ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Economia Solidária. Autogestão. Desemprego. Cooperativas. Políticas Públicas. Desigualdade.

ABSTRACT

This paper has the proposition to investigate how the Solidarity Economy can be a viable alternative for peoples in a poor economic situation. Recent socioeconomic setbacks in Brazil, such as the increase of poverty and unemployment levels, point to a decay in the quality of life regarding the most fragile and vulnerable amongst the population, which generates great daily social and economic struggles for these people, without any chance or hope of improvement in the short term. Given this scenario of hardship, some popular initiatives of cooperation based on solidarity emerge as an attempt to solve the needs arisen from this process. These popular entities are based in principles such as associative work, everyone's participation in the decision making process, production and distribution, and always prioritizing the collective over the individual well-being. Despite all the efforts put on by these entities, inserting themselves with these precepts in a capitalist market scenario is not an easy task, and the challenges of conducting an alternative production mode are huge, making it necessary the effective participation of other players that could help with the Solidarity Economy programs, such as: the Government, representation and guidance entities, workers and consumers. The main goal of this paper is to describe some historical and conceptual aspects of Solidarity Economy, its reality in Brazil, the insertion of public policies to support this enterprise and how some advisory initiatives help Solidarity Economy projects. The aspects observed show that experiences in this regard can be transformative for the parts involved and the places where they are located, along with the important support of public policies and guidance, focused on their development.

Keywords: Solidarity Economy, Self-management, Unemployment, Cooperatives, Public policies, Inequality

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO E/OU ASSESSORIA A EES.....	22
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

- AHOBERO - Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues
- CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
- EES - Empreendimentos de Economia Solidária
- FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- GTBrasileiro - Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária
- INCOP - Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da
Universidade Federal de Ouro Preto
- ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
- RECOOPSOL - Programa Redes de Comercialização Solidária de Mato Grosso
- SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	10
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO	10
2.2 CONCEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	14
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E A SENAES	18
4 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES	28
4.1 A INCOP	29
4.1.1 Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues – AHOBERO	30
4.1.2 Cooperativa UNILABOR de Produção de Roupas e Trabalhos Artesanais	32
4.2 – PROGRAMA REDES DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DE MATO GROSSO – RECOOPSOL.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

O mais recente quadro de epidemia global que se atravessa hoje, nos faz refletir sobre uma grande crise humanitária na qual o mundo passa. Essa crise vai muito além do que somente a questão sanitária, mas também afeta de modo muito violento as economias nacionais, em especial o Brasil, desencadeando níveis de desemprego alarmantes no país. Em virtude desse contexto emergencial e da observação que se faz das condições precárias as quais os trabalhadores já estavam submetidos mesmo antes da pandemia, novas estratégias precisam ser estudadas a fim de definir se podem cumprir um papel de geração de oportunidades, que contribuam aos grupos mais expostos à vulnerabilidade econômica dessa geração.

Se por um ângulo se tem todos os instrumentos fundamentais para que haja menos desigualdade, mais solidariedade, liberdade e paz, o fato é que essas verdades estão cada vez mais longe de serem reais. Os tempos atuais são muito preocupantes, pois as diferenças socioeconômicas entre os ricos e os pobres, que são resultados do capitalismo, são enormes. Os donos de capital abundante veem os seus patrimônios crescerem dia após dia, à custa, muitas vezes, da precarização dos trabalhadores mal pagos e sem condições de trabalho ideais.

Ao expor essas questões, surge como alternativa ao desemprego e modelo de inclusão social dos grupos mais desfavorecidos do mercado formal, desde as políticas neoliberais da década de 1990, a Economia Solidária. Essa forma de organização e desenvolvimento social que tem como prioridades o trabalho auto gestor e domínio coletivo dos empreendimentos, visa novas formas de produção, distribuição e consumo. O princípio da competição é deixado de lado, dando vez a cooperação e solidariedade entre seus membros, assim, contribuindo com desenvolvimento social e bem comum da comunidade (Singer, 2002).

A América Latina, que é uma região em desenvolvimento, passou por grande manifestação de crescimento desenfreado no período pós-Segunda Guerra. Porém, os métodos de desenvolvimento adotados para que esse crescimento econômico acontecesse, levaram a região a grandes crises de mercado, provocando piora nos índices já altos de desigualdade e acarretando situações de extrema pobreza, o que reforçou a condição de vulnerabilidade e condição excludente de boa parte da população do continente. Fruto dessas condições adversas, algumas

relações de trabalho alternativas podem se manifestar por maneiras distintas, as vezes correspondendo somente à informalidade na atividade econômica. Essas precariedades no trabalho atingem uma enorme quantidade de indivíduos que na busca para melhores condições de vida, acabam não tendo muita escolha a não ser recorrer a tais atividades informais para garantir a própria existência (Galiza, Gonzalez e Silva, 2011).

Outro cenário possível é quando grupos de pessoas de uma determinada localidade ou região se organizam a fim de desempenhar várias atividades econômicas, sem ter uma hierarquia direta entre compra e venda da força de trabalho. Tais atividades podem ser voltadas à produção ou prestação de serviços, criação de fundos para micro finanças e assim alavancar projetos locais, organização de grupos de trocas de produtos e serviços, compras conjuntas, assessoramento e assistência técnica, utilização coletiva de bens ou espaços para produção, entre outras. Todas essas atividades desempenham um papel importante na área da ação coletiva e na concepção de uma economia plural.

Na conjuntura da realidade brasileira, a começar ao longo da década de 1990, como consequência da redemocratização e do retorno de direitos como o de livre associação no país, vários grupos coletivos passaram a ter notoriedade política regional e nacional apresentando organizações cooperativistas e associativas. Como método de se reconhecer e agrupar tais grupos, vários estudiosos passaram a adotar o termo Economia Solidária para designar os empreendimentos plurais que tinham por objetivo mudanças na organização do trabalho e alternativa a precarização das atividades de vários trabalhadores. Esse movimento de Economia Solidária teve crescimento exponencial de tais empreendimentos e foi nestas últimas duas décadas, formando um programa de políticas públicas que envolvia todos os setores de governo do país, que se estabeleceu como uma política federal com a criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003 (SILVA, 2017, p.7/8).

O presente trabalho não tem por objetivo combater o modo de produção capitalista vigente, e tão pouco se ater as suas grandes contradições e dificuldades em combater as mazelas causadas pelo modo atual de produção. O que o trabalho se proporá a analisar são os conceitos e características da Economia Solidária, dando ênfase ao território nacional. Para tanto, também irá recuperar, em traços mais amplos, a formalização da Economia Solidária como uma política de Estado,

com a criação da SENAES e como se pretendia que fosse uma matriz alternativa a formas compensatórias e assistencialistas.

Diante do exposto, este trabalho foi dividido da seguinte forma. Primeiramente será feito uma apresentação conceitual do que é a Economia Solidária, incluindo quais as ações que norteiam esse movimento a fim de gerar renda e desenvolvimento local. Em uma segunda parte, será realizado uma análise do histórico da origem da Economia Solidária no Brasil, da conceituação e criação da SENAES e as formas de organização dos empreendimentos solidários no mercado nacional citando alguns exemplos práticos. Por fim, será verificada a discussão sobre os preceitos da economia solidária, a importância do estímulo que as políticas públicas voltadas para essas organizações podem fazer.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesse primeiro capítulo será retratado como se deu a origem das primeiras ideias da Economia Solidária, como as conjunturas da época criaram o ambiente propício para que tais ideias fossem elaboradas tanto por pensadores, quanto pelos trabalhadores que almejavam uma forma de organização de trabalho diferente que se tinha até então. Também será apresentado os conceitos que formam os ideais desses empreendimentos, quais são os preceitos tanto da sua organização quanto dos seus objetivos.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A Economia Solidária ou Social, na Europa, tem seu berço atrelado ao nascimento do capitalismo moderno, ou como conhecemos hoje, aos acontecimentos e impactos que a Revolução Industrial causou na sociedade (GAIGER, 2009). As formas de produção à época sofreram grandes alterações no seu modo de se organizar, trazendo consigo inovações tecnológicas até antes nunca vistas por aquela sociedade. Essas inovações eram desde teares mecânicos como também os famosos motores a vapor, que possibilitaram um grande aumento na produção, mas sem ter um correlato para um aumento na mão-de-obra. Por essas dificuldades encontradas pelos trabalhadores da época em se encaixar na nova forma de produção, Gaiger ainda destaca que o trabalho associativo foi uma forma descoberta como resposta ao novo movimento, assim operários e camponeses se organizam em gestões democráticas e autônomas.

Esse conceito de Economia Solidária, para Laville e Roustang (1999), tem como sustentação a aspiração de se refrear a diferença que pode existir entre os aspectos social, político e econômico, pois é entre essas três entidades que a Economia Solidária se fundamenta e trabalha. São esses três entes que, segundo os autores, buscam dar conta da criatividade das mais variadas iniciativas que a sociedade civil tem buscado e que não se inserem na já legalizada tríade das cooperativas, mutualidades e associações, na França.

Segundo Paul Singer (2003), a Economia Solidária pode ser determinada pela igualdade nos modos de produção. Essa igualdade vai desde igualdade de direitos entre seus participantes, uma renda mais igualitária, igualdade sobre os

meios de produção que são de propriedade coletiva dos que trabalham com eles. Assim, a Economia Solidária tem como foco e característica central organizações baseadas na autogestão e cooperativas. O empobrecimento da classe trabalhadora e dos camponeses na revolução industrial, segundo o autor, seria o grande impulso para que as primeiras expressões desses novos modos de organização de produção ocorressem. Ademais:

a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (SINGER, 2002, p.24).

Como Paul Singer (2002) relata, foram os operários que inventaram a Economia Solidária nas origens do capitalismo industrial na Inglaterra, essa nova forma de organização foi uma maneira de combate a crescente pobreza e desemprego que acometia partes da população mais vulneráveis, resultante da propagação desenfreada e desregulamentada das novas formas de produção capitalistas, como os motores a vapor no início do século XIX. A diferença nessa nova forma de organização feita pelos próprios operários, tinha como fundamento a recusa da separação do trabalho e da posse dos meios de produção, sendo essa um dos grandes pilares do sistema capitalista, e onde se verifica que nas empresas solidárias o capital é destinado para aqueles que fazem parte da organização e lá trabalham.

De acordo com Paul Singer (2002), muitas empresas se debilitaram após a crise industrial europeia no século XIX. Essa situação acabou criando oportunidades para os trabalhadores das próprias empresas se organizarem e a partir disso adquiri-las, transformando-as em uma iniciativa diferente que seriam as chamadas cooperativas. O resgate histórico desses acontecimentos tem grande relevância para a compreensão dos atuais episódios. Vários ideais, conceitos e práticas tiveram enorme colaboração de autores socialistas da época, dentre os quais podemos destacar nomes como: Fourier, Saint-Simon e Proudhon na França, e Robert Owen na Inglaterra. Dentre esses autores, Singer relata que o que tem maior relevância é Robert Owen, pois ele vai estar intimamente ligado aos trabalhadores e os apoiando a tomar iniciativas para conseguir contornar a crise que se abatia no período, principalmente no setor da indústria na revolução industrial. Dentre essas iniciativas Owen argumentava que os trabalhadores deveriam criar aldeias em torno das

fábricas e até mesmo tomar para si os meios de produção e convertê-las em cooperativas onde os trabalhadores teriam a autonomia necessária para garantir um modo de organização mais igualitário.

Tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, várias comunidades e aldeias cooperativas surgiram no século XIX, porém, devido as dificuldades criadas por grandes produtores e indústrias, não conseguiram ter sucesso por muitos anos. Os movimentos sindicais ingleses foram os responsáveis pelas mais numerosas experiências de cooperativas operárias e seus vários avanços e êxitos. O que chama atenção ao verificar esses momentos na história é que, os empreendimentos que têm esse viés solidário e se propõe achar uma alternativa ao estabelecido pelo capital, surgem quase sempre em aventuras, provocadas pelo impulso de se dar uma resposta frente a uma grande crise advinda da dinâmica socioeconômica vigente (LÉVESQUE, MALO E GIRARD, 1999).

A própria história do capitalismo é cheia de casos dessas fragilidades socioeconômicas e que acontecem de tempos em tempos. Péssimas condições de trabalho e uma remuneração que não garantia um mínimo de qualidade de vida se fizeram sentir com muito impacto no sistema industrial vigente, em grande parte pela facilidade de se demitir e contratar novos funcionários, trazendo assim uma grande precariedade no emprego. Diante dessas grandes dificuldades produzidas e encaradas pelos trabalhadores, a economia solidária surge novamente como um modelo alternativo a se considerar. Constituindo-se como uma nova forma de organização, tanto do trabalho como das atividades econômicas em geral, ela emerge como uma alternativa importante para a inclusão de uma massa de trabalhadores no mercado de trabalho, possibilitando novas oportunidades e que são pautadas em valores distintos, como cooperação e a autogestão (GAIGER, 2004).

Essas iniciativas poderiam recuperar empresas que se encontrassem em processo de falência, podendo dar continuidade às mesmas, mas com outro modo de organização e produção, onde se priorizaria à maximização da quantidade e qualidade do trabalho por parte dos trabalhadores e a obtenção de lucro deixaria de ser o principal objetivo (SINGER, 2004).

Uma retomada da Economia Solidária só foi possível por conta das frequentes crises econômicas e sociais que aconteceram no mundo no século XX, cada qual com suas características próprias. Na Espanha há um caso emblemático,

quando em 1956, o Padre José Maria Arizmendiarrreta fundou junto com alguns colaboradores a primeira cooperativa de produção, que depois se tornaria a semente para o grande complexo cooperativo de Mondragón, que incluía até mesmo uma universidade para suprir a demanda da cooperativa por conhecimentos e tecnologias (SINGER, 2002). Na França, foi criada a lei 19051, onde se reconhecia as associações, mas desde que as trocas não fossem monetárias, e ao menos que elas estivessem ligadas à ação do poder público (LAVILLE, ROUSTANG, 1999).

A grande depressão econômica advinda da crise de 1929, provocada por uma crise de regulação concorrencial, fez com que acontecimentos muito marcantes acontecessem à época. O mundo passaria por uma nova guerra mundial que iria mudar muito a dinâmica entre os Estados e a forma desses de lidar com os problemas socioeconômicos, trazendo assim propostas keynesianas para implantação de políticas econômicas mais intervencionistas e anticíclicas que foram importantes na recuperação da economia, aumentando o bem-estar geral da sociedade, apesar de essa ser muito mais uma consequência do que um objetivo em si. Antes disto, as cooperativas de consumo e habitação, que haviam sido trazidas pelos operários, tinham se constituído em uma das soluções para os novos problemas encontrados. Após a Segunda Guerra Mundial, tinham se marginalizado a economia não monetária (doméstica, de troca e de reciprocidade) pela então disseminação do mercado mais global e a iniciativas estatais de bem-estar social. Houve uma quebra entre o econômico, social e o político (LAVILLE, ROUSTANG, 1999).

Segundo Gaiger (2009), a Economia Solidária era contra as orientações vigentes sobre o princípio da economia ser tão somente limitado ao do mercado e ao pensamento da acumulação privada e desenfreada. Por conta de tais premissas, embasadas na comunidade, desempenhou papel importante para que políticas de bem-estar social fossem empregadas. Porém, o autor destaca que apesar desse papel considerável no século XX, a assimilação do Estado perante a aplicação de tais políticas, fez com que os movimentos operários perdessem sua essência e seu caráter mobilizador, a fim de almejarem melhores condições de vida e garantias para o futuro. Então, a partir do momento em que o Estado e o mercado se juntaram, por interesses mútuos, para assumir e decidir quais eram suas funções na geração de riqueza e nas garantias de assistência social, as iniciativas de Economia Solidária do tipo associativo tiveram diminuição.

Após um longo período e mudanças socioeconômicas, pode-se observar mudanças bruscas nas esferas sociais, econômicas e políticas, como por exemplo um grande envelhecimento da população, sobretudo nos países mais desenvolvidos economicamente. Também o reconhecimento e a expansão dos serviços sociais de cuidados às pessoas, grande aumento das desigualdades causado pela sequência de políticas neoliberais e sua globalização resultante, resultou na criação de uma nova Economia Social (Laville, 2004). Sobre esse tema, Gaiger (2009) faz as seguintes alegações:

Suas ações concretas e suas bandeiras atuais reclamam o caráter universal irrevogável dos direitos dos cidadãos e a necessidade de um novo sistema de regulação da economia. Ela refuta a separação entre as esferas social e econômica e a omissão dos seus vínculos recíprocos no debate político em torno dos modelos de sociedade. Seu olhar crítico sobre o silêncio da Economia Social precedente a respeito dessas questões, sua insistência quanto à dimensão política das iniciativas que promove e sua adesão aos movimentos altermundialistas conduziram vários dos seus defensores a designá-la de Economia Solidária, termo então predominante na América Latina. (GAIGER, 2009, p.84)

Pode-se afirmar, de forma geral, que a Economia Solidária proporciona avanços para os mais excluídos, criando uma alternativa para estes poderem se inserir na sociedade de forma digna. Essa nova forma de organização se propõe a recuperar socialmente o que progresso tecnológico excluiu durante o seu desenvolvimento. No próximo item veremos conceitos que norteiam os ideais dessas formas de organização.

2.2 CONCEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os empreendimentos baseados nos ideais da Economia Solidária se desenvolvem de formas variadas, podendo ser esses como: associações, cooperativas, empresas de autogestão e grupos de produção, que tem como unidade e objetivo, o compromisso com todo o conjunto social no qual estão inseridos, a fim de estabelecer e organizar suas atividades econômicas como conduta de cunho educativo e cultural, prezando pelo desenvolvimento e respeito no sentido da comunidade como um todo. Essas formas de empreendimentos e a maneira como se organizam para poderem desenvolver as mais diversas formas de economia alternativa, se diferem da lógica de mercado capitalista padrão (GAIGER, 2003).

Geralmente esses empreendimentos se constituem de modo mais informal, onde a relação de trabalho não é assalariada como nos empreendimentos padrões da economia capitalista. Os indivíduos que fazem parte dessas organizações podem ser tanto nas formas individuais quanto coletivas, prezando pela produção e distribuição de produtos de modo solidário, isto é, dentro da própria coletividade solidária. Estes se estruturam nas mais variadas atividades econômicas informais, e a administração destas prioriza e incentiva a autogestão (STAVIE, 2009).

A economia Solidária pode ser definida como uma alternativa encontrada por pessoas em situação de fragilidade, um esforço desses indivíduos na construção de um modo de produção e distribuição distintos da lógica do capital. Em outras palavras, o objetivo é buscar colocar as pessoas em primeiro lugar, atendendo as necessidades de quem produz, dando ênfase a valores que dignifiquem a todos, no lugar meramente dos interesses do capital (MARÉCHAL, 2000).

De acordo com França Filho et al. (2006), essas formas de organização são de primeiro nível, onde é possível observar formas de auto-organização socioeconômica por excelência. Dentre os vários exemplos, podemos destacar os seguintes:

- a) cooperativas, associações populares e grupos informais. E esses podendo ser desde organizações de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano;
- b) empresas recuperadas de autogestão. Que são antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos trabalhadores;
- c) agricultores familiares;
- d) fundos solidários e rotativos de crédito;
- e) bancos comunitários;
- f) clubes e grupos de trocas solidárias. Que podem ou não fazer uso de moeda social, ou moeda comunitária;
- g) redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias;
- h) lojas de comércio justo;
- i) agências de turismo solidário, entre outras.

Segundo o site da FBES se entende a Economia Solidária como:

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem

destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. [...] vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. (FBES, 2010, n.p.)

Conforme o FBES (2003), a Economia Solidária pode ser constituída ainda como um fundamento para uma globalização mais humanizada, baseada em um desenvolvimento mais sustentável, conseqüentemente mais justo socialmente e direcionado para a qualidade de vida de cada cidadão e a real satisfação das suas necessidades. Dessa forma, o valor fundamental para a Economia Solidária é o indivíduo e o trabalho por sua essência, diferentemente da cultura do Capital e suas mais diversas formas de se propagar e multiplicar.

Ao ano de 2003, quando ocorreu a III Plenária Nacional da Economia Solidária, foi desenvolvido e apresentado uma carta com princípios e fundamentos que deveriam nortear as bases do modelo de gestão dos empreendimentos de Economia Solidária. Dentre os princípios gerais apresentados na carta, os objetivos eram buscar uma unidade entre a produção e reprodução, a fim de se evitar as discrepâncias intrínsecas que o capitalismo desenvolve dentro de seu próprio sistema, onde há grandes ganhos de produtividade, mas os benefícios advindos desses ganhos não chegam aos vários setores de trabalhadores existentes (FBES, 2003). Dentre esses princípios, podemos destacar:

- 1) a valorização social do trabalho humano;
- (2) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- (3) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade;
- (4) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e;
- (5) os valores da cooperação e da solidariedade. Esses aspectos orientam as atividades sociais diversas e ações empreendedoras voltadas para a Economia Solidária. (FBES, 2003, n.p.)

Em vista de tudo o que foi levantado, pode-se definir que a Economia Solidária se constitui em diversas formas encontradas por sujeitos mais excluídos de se inserirem no mercado. Essas condições podem se dar seja por meio dos princípios aos quais tais indivíduos estão inseridos nos empreendimentos de

Economia Solidária, seja pela consciência adquirida desses trabalhadores em relação ao modo como acontece a produção, comercialização e distribuição existentes, onde se prioriza a individualidade do ser em detrimento ao bem-estar da sociedade em geral, causando competitividade e conseqüente exclusão social (GOERCK, FRAGA, 2010). No Brasil, a Economia Solidária teve papel relevante para as populações mais carentes, possibilitando ao movimento manifestações de criação de políticas que suprissem as aspirações desses empreendimentos, principalmente nas duas últimas décadas, onde grupos se organizaram e conseguiram importantes avanços. No próximo capítulo será exposto um pouco do histórico e a realidade dessas ideias e como tais avanços foram possíveis.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E A SENAES

Nesse capítulo será aprofundado o contexto da Economia Solidária no Brasil. Como se deu a sua origem, adesão e seu desenvolvimento, como alternativa de produção para populações mais vulneráveis. Também será exposto como se deu a criação da SENAES e quais eram os objetivos com a sua criação.

Dentro do contexto latino-americano, o termo de economia solidária surgiu como contexto relevante a partir das grandes desestabilizações do mercado de trabalho da região na década de 1990. Por conta da precarização do trabalho que a região vivenciou nesse período, a Economia Solidária passou a receber muito mais visibilidade e ser considerada dentro das agendas dos sindicatos e dos movimentos sociais (mais tarde essa corrente irá agregar também setor público e o meio acadêmico) como constituições de grupos capazes de criar uma alternativa ao mercado de trabalho vigente, inserindo os trabalhadores em grupos coletivos autogestionários que visavam a geração de renda para todos os envolvidos nessas organizações (SILVA, 2017b).

Na América Latina, a Economia Solidária se descreve fundamentalmente a soma de iniciativas que visam tanto o ganho econômico, quanto ganho social, que vão desde a qualidade de vida, o reconhecimento como parte importante para os envolvidos nessas organizações e participação cidadã, tudo pautado pela livre e democrática associação dos trabalhadores (GAIGER, 2009). A Economia Solidária é referenciada como um símbolo importante das relações socioeconômicas locais, regionais e redes mais abrangentes, que podem se expandir por extensos espaços geográficos a depender do seu tamanho, segundo Singer e Gaiger.

Para Gaiger (2004), a Economia Solidária representa para os seus integrantes um movimento não só de projeção, mas também de reconhecimento junto a esfera pública da sua região e país, uma maneira de reivindicação e fortalecimento das classes mais carentes, onde a partir desses grupos esse movimento social se torna importante e atuante no cenário político da América Latina.

No Brasil, a Economia Solidária não surge de forma pujante, o começo do seu surgimento no território brasileiro é de forma tímida. O país enfrentou nos anos de 1980 que geraram casos de desemprego muito elevados, criando um cenário de grandes problemas sociais vivenciados por parte da população mais vulnerável. A

partir da década de 1990, os movimentos sociais se fortaleceram, motivados pela crescente onda de desemprego em massa, muito por conta da abertura econômica que o país passaria adotar, o que foi um dos cerne do problema de desemprego (SINGER, 2003).

Segundo Singer (2006), por conta dessa onda liberalizante que o país adotou no começo da década de 1990, houve uma crise social de importantes proporções:

- a) Devido aos novos concorrentes internacionais, muitas firmas locais acabaram fechando por não terem condições de competirem com esses novos agentes;
- b) Os investimentos e o consumo foram reduzidos e muito pelas altas taxas de juros necessárias para estabilidade econômica, isso se refletiu diretamente no nível de emprego nacional;
- c) A preocupação demasiada com o controle fiscal impediu que houvesse gastos estatais em infraestrutura, o que impediu que investimentos privados se sentissem atraídos pelo país e;
- d) Aconteceram cortes profundos nos gastos públicos com a área social.

O que pode se verificar no Brasil, nas duas últimas décadas do século passado e que ainda continuam, são: o desemprego em massa, vários fechamentos de empresas, grande redução da produção nacional e conseqüentemente dos empregos (SINGER, 2003).

A Economia Solidária no Brasil, segundo Gaiger (2014), se caracteriza por uma grande multiplicidade de formas organizativas e por essa razão se torna uma tarefa custosa a tentativa de se buscar uma caracterização padrão de seus empreendimentos, principalmente por toda a pluralidade de motivações, dinâmicas e contextos em que os agentes dessas organizações estão inseridos permanentemente. Na opinião de Gaiger (2014), dois aspectos podem exemplificar muito bem essa diversidade entre os empreendimentos de Economia Solidária. São eles:

- a) Esses empreendimentos desenvolvem não uma ou duas atividades econômicas, mas várias atividades que estão relacionadas por vezes a finalidades que podem ser não econômicas em sentido específico e;

b) Há uma notável complexidade em suas estruturas e funcionamento, onde é combinado atividades coletivas e individuais com distintos graus de importância para seus membros.

No Brasil, aconteceu um grande empenho para que se criassem entidades que pudessem fortalecer tais empreendimentos solidários, não apenas como uma possibilidade de enfrentamento ao desemprego, mas também como uma nova forma de poder produzir, vender, comprar e trocar tudo o que é preciso para viver, sem precisar explorar o trabalho alheio para isso, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente em que está inserido e, principalmente, cooperando e desenvolvendo o grupo como um todo, onde cada um pensa no bem coletivo e no próprio bem (EBAPE, 2016).

Com essa perspectiva em mente, a Economia Solidária se torna uma política pública de governo, no Brasil, no início do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio de uma proposta apresentada de ação pública no desenvolvimento de trabalho e renda. Essa proposta se baseava na determinação do trabalho associativo como estratégia e ferramenta de enfrentamento ao desemprego, à miséria e principalmente de desenvolvimento regional, reconhecendo o processo de mudança social que estava em curso, advindo por diversas crises econômicas que o país tinha passado ao longo das duas últimas décadas, como a desindustrialização, a precarização nas relações trabalhistas e competição cada vez mais acirrada no capitalismo em nível global (SINGER, 2004; SILVA, 2018).

A partir dessa proposta, visaram-se os grupos formados para enfrentar a crise de desemprego e salarial que tinham criado cooperativismos muito criativos, moldando o que se dá o nome, no Brasil, de Economia Solidária. Como resultado desse fortalecimento de ideias, as políticas públicas começaram a ficar cada vez mais consolidadas no tema, muito pelo efeito encorajador do movimento com as inúmeras entidades criadas. Foi então, em 2003, que a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) foi criada, apoiada e desenvolvida em conjunto com o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), essas entidades seriam as duas principais colunas de sustentação do movimento junto ao poder público no país (STAÉVIE, 2009).

A SENAES foi concebida dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e atuava dentro desse com o objetivo de implementar o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. A finalidade desse Programa era promover e

fortalecer os empreendimentos de geração de trabalho e renda pautados nos ideais da Economia Solidária, mediante políticas públicas integradas. Nesse mesmo ano de 2003, foi convocada a 3ª Plenária de Economia Solidária, com mais de 800 delegados de todo o país, onde foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que tinha como objetivo discutir as várias melhorias necessárias na área de políticas públicas com a incumbência de articular/mobilizar as bases pelo país e seria órgão máximo da organização da sociedade civil na área de Economia Solidária, além de fazer a interlocução destas com a SENAES, que por sua vez, adota a plataforma do fórum em seu plano de governo (STAEVIE, 2009).

Dentro da esfera de influência da SENAES, a Economia Solidária atuava em eixo transversal de políticas públicas, assegurando parcerias dos mais variados tipos, como o já mencionado Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), instâncias governamentais variadas, criação de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, ligas e uniões, e advindos destes um número muito maior de parceiros (Silva, 2018). Vale destacar a importância de uma série de organizações que fornecem apoio, parceria e assessoria a uma grande quantidade de empreendimentos econômicos solidários no Brasil, atuando tanto no meio urbano, quanto no rural, inclusive sendo essas organizações parte importante do aumento das experiências de Economia Solidária nos últimos anos. Essas entidades são organizadas e estruturadas pelas mais diversas instituições, que podem ser: por igrejas, organizações não governamentais (ONGs), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, entre outros. A atuação de algumas dessas entidades se dá em diferentes momentos e/ ou setores econômicos, a depender da especificidade de cada caso, enquanto outras são pontos de referência e apoio importante para a realidade atual da Economia Solidária no Brasil (SILVA, 2017).

Na sequência, segue quadro que resume um pouco mais dessas entidades e quais são os seus papéis no apoio as iniciativas de Economia Solidária:

QUADRO 1 - Entidades de representação e/ou assessoria a EES

Entidade	Descrição
Projetos alternativos comunitários (PACs) – apoiados pela Cáritas Brasileira	A Igreja Católica, por meio de grupos internos de viés mais progressista, teve um papel preponderante na organização de trabalhadores em sindicatos e cooperativas no Brasil. No caso dos PACs, com início nos anos 1980, a proposta era desenvolver projetos essencialmente assistenciais junto a grupos sociais em situação de exclusão. Com recursos próprios e parcerias com outras organizações internacionais, foram apoiados projetos econômicos coletivos de produção e prestação de serviços em todo o Brasil, no intuito de auxiliar na criação das condições para a geração de renda de forma associada e solidária entre pessoas de grupos sociais idênticos.
Movimento Nacional de Luta por Moradia; e União Nacional por Moradia Popular	Principais organizações representativas do movimento por moradia no país nos anos 1980. Possuíam entre suas estratégias as ocupações urbanas, os mutirões autogeridos e as cooperativas habitacionais.
Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) – ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Foi criada em 1992 para articular diversos tipos de organizações econômicas dos movimentos de reforma agrária, tendo na cooperação o seu eixo base. A cooperação foi assumida como uma estratégia para dar viabilidade econômica aos assentamentos por meio do fortalecimento da democracia participativa dos assentados na gestão dos próprios assentamentos e nos empreendimentos econômicos criados para gerir a produção, comercialização e consumo. A estratégia inicial seria congregar cooperativas de produção agropecuária (CPAs) no nível local com as cooperativas centrais de assentados (CCAs), no nível estadual, e a Concrab seria a representação nacional e responsável pela articulação de todo o sistema. Com o tempo, o MST foi repensando seu modelo de cooperativismo, abrindo espaço para outros formatos de organização
Cooperativas de Crédito com Interação Solidária Ltda. (Cresol)	A Cresol foi constituída em 1995 partir de experiências de fundos rotativos solidários existentes no sudeste do estado do Paraná. Com o tempo, o sistema conseguiu constituir, a partir de uma estratégia própria de organização, um amplo sistema de cooperativas de crédito pelos agricultores familiares. As cooperativas se expandiram, inicialmente, para os demais estados da região Sul, e atualmente contam com unidades e sistemas descentralizados em outras regiões do país.
Banco Palmas (Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza/CE)	Criado no final dos anos 1990, é um caso emblemático de promoção da economia solidária articulada à luta urbana em busca da melhoria das condições de vida de uma comunidade pobre de Fortaleza/CE. Sua estratégia baseava-se na construção de uma rede solidária de produção e consumo local envolvendo: microcrédito para a produção, cartão de crédito voltado para o consumo local, moeda social, loja solidária e apoio a diversas unidades produtivas coletivas e familiares.

Entidade	Descrição
Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR)	Surgiu da organização política coletiva dos catadores de material reciclável no final dos anos 1990. Promove a articulação destes trabalhadores para a conquista de direitos e melhores condições de trabalho, bem como a formação de cooperativas e associações. O MNCR compõe o Fórum Lixo e Cidadania, que congrega entidades governamentais e organizações e movimentos sociais.
Associação Nacional de Empresas de Autogestão (Anteag)	Foi criada em 1994 com o objetivo de apoiar e acompanhar as experiências de recuperação de empresas falidas realizadas pelos trabalhadores por meio da autogestão. Geralmente, as experiências de recuperação de empresas falidas são iniciativas de trabalhadores ligados ao movimento sindical que encontraram na autogestão alternativa de ocupação para os trabalhadores diante do quadro de desemprego em massa. A Anteag participou diretamente da política estadual de economia solidária no governo do Rio Grande do Sul, no fim dos anos 1990, e chegou a assessorar e representar 365 empresas autogestionárias em 2002, mas foi perdendo espaço nos anos subsequentes.
Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)	Foi criada em 1999 para promover a constituição, o fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários. Surgiu como estratégia já incorporada pelas instâncias da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para apoiar formas alternativas de organização dos trabalhadores num contexto de crise do próprio movimento sindical diante do desemprego e da informalização do trabalho.
Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)	As ITCPs são projetos que se desenvolvem por meio da extensão universitária voltada a apoiar iniciativas de trabalho coletivo, em geral localizados em municípios próximos às unidades universitárias. Elas prestam assessoria de diversas naturezas a esses grupos, diretamente ou via parceria com outras organizações, envolvendo gestão, tecnologias de produção, comercialização, formação de redes, acesso a políticas, capacitação técnica, entre outras possibilidades. A primeira ITCP foi criada em 1998, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, são mais de sessenta unidades em todo o país, que se articulam em duas redes independentes: a Rede de ITCPs e a Rede Unitrabalho.
União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil (Unisol)	Foi criada em 2000, também no âmbito da CUT. Inicialmente, sua abrangência era limitada ao ABC Paulista, e a partir de 2004 passou a ter abrangência nacional. Seu objetivo é representar, organizar e articular empreendimentos de economia solidária no Brasil, promovendo uma ponte entre movimento sindical e cooperativismo.
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)	Foi criada em 2005 como uma organização nacional que objetiva representar os empreendimentos cooperativos de agricultores familiares e de economia solidária. Estão associadas à Unicafes cooperativas de crédito, de produção, de trabalho, de comercialização e de infraestrutura que atuam diretamente com a agricultura familiar.

FONTE: Reproduzido de Silva (2017, p. 21/22)

Apesar de todas essas organizações e iniciativas serem muito importantes, são os órgãos governamentais que tem a capacidade de implementar as políticas, direta ou indiretamente, direcionadas à economia solidária em um âmbito regional ou

nacional. Para isso, não há exemplo mais claro que a criação da SENAES. Essa Secretária é consequência direta das questões e reivindicações levantadas pelo GTBrasileiro¹ (Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária), onde os membros desse grupo solicitavam pela criação de uma política pública em âmbito nacional, a fim de institucionalizarem as ideias ali debatidas. Em parceria conjunta com o FBES, a SENAES implementava políticas debatidas no CNES² (Conselho Nacional de Economia Solidária), de qual os participantes representavam três segmentos do movimento: empreendimentos econômicos solidários, ministérios e bancos públicos federais e entidades da própria sociedade civil (que incentivavam ou priorizavam a Economia Solidária como forma para gerar trabalho e renda) (FBES, 2005). Segundo Singer,

a SENAES apoia diversas experiências de desenvolvimento comunitário, sobretudo dando formação em economia solidária e lideranças locais, habilitando-as a exercer o papel de agentes do desenvolvimento. Este apoio está sendo dado a quilombos (comunidades rurais negras), aldeias de pescadores, assentamentos de reforma agrária, etc. Além disso, a Senaes está profundamente envolvida na luta pela criação dum sistema financeiro solidário, mediante a regulamentação legal do microcrédito produtivo orientado. [...] Além disso, o governo introduziu diversas políticas de apoio à micro e pequena empresa – tributárias e financeiras – que darão bases mais sólidas ao desenvolvimento comunitário solidário (SINGER, 2006, p.203).

Quando a SENAES foi criada, nota-se que o perfil político e metodológico do governo brasileiro passou a ter outra perspectiva com o qual vigorava anteriormente. A partir do momento em que se percebe um esforço para tornar a Economia Solidária como uma forma de política pública, criando um órgão federal para atender as necessidades das classes menos favorecidas da sociedade, verifica-se que as preocupações do mais novo governo tinham motivações diferentes das quais imperavam os anteriores (BITTAR, 2003).

¹ “Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasileiro) - composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais.” (FBES,2015)

² “O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Tem por atribuições principais: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária.” (Ministério do Trabalho e Previdência, 2015)

Com isso em mente, verifica-se que o governo com a criação da SENAES, tinha a intenção de garantir um processo participativo na pesquisa da realidade de como funcionavam os empreendimentos de Economia Solidária, assim levando à prática um dos seus primeiros desafios como órgão federal, que foi a realização do mapeamento da Economia Solidária no Brasil. Essa primeira iniciativa teve início em 2003, quando a SENAES e o FBES, que eram recém-criados, tomaram conjuntamente a responsabilidade de formar uma base nacional de informações sobre a Economia Solidária, a fim de solidificar e integrar os empreendimentos de economia solidária, criando e organizando sistemas de redes entre tais empreendimentos, promovendo catálogos de produtos e da comercialização, contribuindo para maior visibilidade da Economia Solidária (SENAES/MTE, 2012).

Ademais, outras importantes missões da SENAES eram poder subsidiar processos públicos de certificação e reconhecimento das iniciativas na área de Economia Solidária, postular processos de políticas públicas necessárias, criando e elaborando um marco jurídico para a Economia Solidária e desenvolver índices e indicadores apropriados que pudessem auxiliar na avaliação das práticas dessas formas de organização. Deste processo inicial, foi criado o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), sendo uma iniciativa pioneira no mundo para identificação e definição de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento e Políticas Públicas de Economia Solidária (SENAES/MTE, 2012).

A partir desse levantamento, as informações obtidas foram sistematizadas, criando um banco de dados nunca visto no tema, que foi utilizado como referência de informações do SIES corroborando e consolidando os objetivos e desenvolvimento desse Sistema. No segundo e último mapeamento realizado pelo SIES, que aconteceu entre 2010 e 2013, foram identificados 19.708 empreendimentos, ao todo, com 1.423.631 pessoas associadas, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, em todos os estados do país. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, que aconteceu entre 2005 e 2007, e 7.839 (39,8%) são de EES revisitados (SILVA, 2017). O que se nota é que, ao adotar essa metodologia como uma prática de política pública do governo, pode-se desenvolver a capacidade de superar o estilo imediatista tão presente na gestão pública brasileira. E, em que pese a SENAES ter elaborado diversas ações antes do resultado dos levantamentos serem consumados, foi a partir dessa metodologia, que ela tomou as providências para

poder se inteirar e compreender melhor como poderia atuar de forma mais efetiva no seu próprio terreno. Como resultado dessas ações, a SENAES foi desenvolvendo vários projetos a partir das pesquisas feitas pelo SIES, marcado por verdadeiro trabalho de base, principalmente das comunidades rurais, quilombolas e outros movimentos (SENAES/MTE, 2012).

Para implementação de políticas públicas de Economia Solidária em todo o país, a SENAES adotou três estratégias de atuação que se concentravam nas seguintes premissas:

- a) Fortalecimento institucional para ser implementado por meio de três diretrizes: inserir o tema da Economia Solidária nas políticas públicas do Governo Federal, criando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento; a criação de uma base legal que reconheceria as organizações de Economia Solidária como elemento de direito; e o fortalecimento da participação cidadã e da coletividade na institucionalização da Economia Solidária (SENAES/MTE, 2012).
- b) A inserção da Economia Solidária nas iniciativas de desenvolvimento local e territorial por meio de programas como: Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável, Territórios da Cidadania, Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, entre outros. Assim, processos de criação de políticas da SENAES trabalhavam os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Economia Solidária, fortalecendo a organização coletiva do trabalho, uma característica marcante das comunidades atendidas (SENAES/MTE, 2012).
- c) Apoio à organização econômica e solidária, observando o potencial estratégico que a Economia Solidária poderia trazer sob uma nova ótica de desenvolvimento, pautada em um crescimento econômico sustentável com estratégias inovadoras e únicas de organização do trabalho, priorizando o trabalho associativo, relação harmoniosa com a natureza, reduzindo impactos ambientais e sociais da produção de bens e serviços, e na sociedade como um todo. Seria o fortalecimento de redes de cooperação entre organizações solidárias e suas respectivas cadeias (SENAES/MTE, 2012).

Considerando estas estratégias, é importante observar que houve muitos avanços conquistados nas políticas públicas de Economia Solidária após a criação

da SENAES, dando base e reconhecimento para que os Empreendimentos de Economia Solidária pudessem se desenvolver e assim transformar a vida de várias pessoas em situações de risco. Um dos exemplos práticos de desenvolvimento desses empreendimentos em conjunto com a sociedade se dá pelas ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), projetos de extensões universitárias que garantem melhorias tanto para as cooperativas solidárias, quanto para os seus participantes. No próximo capítulo será mostrado algumas dessas organizações.

4 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES

As universidades brasileiras são conhecidas por terem não só compromisso com o ensino dentro de suas instituições, mas também atuações fora dela. As atividades de extensão universitárias são o modo pelo qual os acadêmicos podem se conectar e auxiliar a comunidade em seu entorno. Fogem do já conhecido “ensino e pesquisa” para participar mais ativamente na inserção de projetos em parceria com membros de comunidades e/ou empresas. O desenvolvimento de tais projetos pode se dar nas mais diversas áreas do conhecimento, envolvendo professores, estudantes, servidores e outros profissionais. Busca-se analisar, aplicar e disseminar estudos que tragam bons resultados para os envolvidos (SILVA, 2020).

Essas práticas de atividades extensivas das universidades, buscam e permitem uma confluência de ensino e aprendizagem entre os participantes, onde a necessidade e auxílio por parte dos empreendimentos e cooperativas faz com que haja uma interação de diferentes saberes, dando oportunidades de relação únicas para seus membros resolverem problemas cotidianos de forma coletiva (CULTI, 2011).

Como um dos objetivos do trabalho é apresentar alguns Empreendimentos de Economia Solidária, será exposto somente essas organizações. Como já vimos, as entidades solidárias estão embasadas nos princípios da cooperação e solidariedade, então, toda a construção de orientação feita pelas ITCPs devem atender a esses preceitos para não desvirtuar os seus objetivos. Assim, as metodologias, técnicas e instrumentos oferecidos pelo assessoramento são pautadas para poderem estruturar os empreendimentos, a fim de se ter mais ganhos de produtividade e renda para torná-los mais robustos, mas não só isso, também visam melhorar as condições de trabalho e vida dos envolvidos. Por consequência, as estruturas criadas para desenvolver os empreendimentos dão oportunidades de conhecimentos serem disseminados e estabelecidos na localidade, assim as experiências podem ter resultados ainda mais significativos (SILVA, 2020).

Com essas questões em mente, um dos formatos que mais tem se disseminado e ganhado destaque entre as universidades, conseguindo criar vínculo entre os projetos de extensão e a própria Economia Solidária, são as ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares). Esses grupos de

incubadoras institucionalizadas se formam dentro da Universidade, a fim de atender empreendimentos solidários que precisem de assessoria para se organizar não só estruturalmente como economicamente, estruturando técnicas a partir de atividades e instrumentos. Dessa maneira, a incubação de um empreendimento solidário se dá com um acompanhamento regular não apenas teórico, mas também prático de todas as necessidades e desafios que carecem de conhecimentos técnicos que estão relacionados às atividades de gestão, produção e cadeias produtivas locais e, principalmente, à organização do trabalho cooperativo (2017 citado por PERISSÉ; SILVA, 2020).

Seguindo essa ideia, temos:

(...) a proposta das ITCPs busca viabilizar iniciativas populares por meio da formação continuada, assessoria e assistência técnica, o desenvolvimento de tecnologia social na perspectiva de inverter a lógica das incubadoras de empresas, ou seja, produzir conhecimento científico a partir do conhecimento tácito dos trabalhadores e assim direcionar a produção de conhecimento científico aos setores produtivos populares (VICTÓRIA, 2011, p. 44).

Assim sendo, as atividades extensionistas das universidades brasileiras podem criar uma grande gama de atuações possíveis, visto que há uma variedade grande de atividades entre os empreendimentos e assim as necessidades serão diferenciadas em cada localidade. No recente cenário de pandemia global, onde os riscos inerentes a essa condição podem criar diversas dificuldades a esses empreendimentos que já são mais fragilizados, a extensão universitária, em especial os ITCPs, podem se mostrar como um método viável para o enfrentamento dos impactos negativos que podem ocorrer, seguindo as ideias da Economia Solidária para desenvolver a geração de trabalho e renda (SILVA, 2020).

4.1 A INCOP

A INCOP (Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto) é um projeto de extensão multicampi idealizado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFPO) e que está presente nos municípios de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. Foi criada no ano de 2011, a partir do interesse de alguns professores em se mobilizar para auxiliar comunidades mais fragilizadas. As atividades da Incubadora foram iniciadas um ano após a sua instituição, em 2012, fazendo um levantamento dos potenciais locais e organizações solidárias que poderiam ser incubadas. Após esse levantamento e mapeamento,

deu-se início de fato a incubação dos empreendimentos identificados, nas áreas de: material reciclável (catadores), costura, artesanato, agricultura familiar e saúde mental (FILHO et al., 2015).

A INCOP atua junto desses empreendimentos se respaldando nos princípios da solidariedade, cooperatividade e autogestão, participando não só com pesquisas, mas também ações junto aos membros. A incubação desses empreendimentos se dá em quatro etapas: mapeamento da entidade; implantação das ideias pensadas com a incubadora; desenvolvimento prático e; desincubação. Para fazer esse trabalho são montadas as equipes que podem ser compostas por alunos (bolsistas ou não), voluntários de diversas áreas do conhecimento que acompanham esses empreendimentos sob orientação de professores responsáveis. Assim que montadas, as equipes começam o trabalho junto com as entidades solidárias, procurando identificar as demandas e oportunidades possíveis para desenvolver ações de assessoria pertinentes, que podem ser desde reuniões ou formações e cursos para os integrantes, até mesmo resoluções de problemas duradouros, identificação e consolidação de parcerias e assim por diante (FILHO et al., 2015).

A seguir veremos alguns casos em que a INCOP incubou alguns empreendimentos solidários nas cidades de Mariana e João Monlevade.

4.1.1 Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues – AHOBERO

O empreendimento AHOBERO é uma associação localizada em um subdistrito de Mariana: Bento Rodrigues. Essa associação é caracterizada pela agricultura familiar, fonte de emprego e renda das famílias associadas, onde a principal produção é a pimenta de biquinho, da qual também é fabricada uma geleia dessa pimenta. Todas as atividades da associação são desempenhadas pelos seus próprios membros, desde o plantio e colheita das pimentas, até todo o processo de fabricação da geleia, que vai do preparo e cozimento das pimentas, higienização e enchimento dos potes, rotulagem/embalagem e estocagem (FILHO et al., 2015).

A AHOBERO foi incubada pela INCOP em 2013, onde o principal objetivo era assessorar a associação em questões técnicas de gestão administrativas com formações e cursos, assim, seus membros poderiam ser mais bem capacitados para enfrentar os problemas que seriam levantados pela incubadora. Vários foram os pontos problemáticos levantados pela INCOP, quando essa fez o estudo sobre a

associação. Dentre esses pontos, merece destaque: falta de adequação às normas da ANVISA; restrição em termos de acesso físico (localização desfavorável); falta de controle sobre os custos e vendas; dificuldade em precificar o seu produto; baixo grau de escolaridade dos seus membros; restrição a tecnologia (FILHO et al., 2015).

Para buscar solucionar esses problemas levantados, a INCOP buscou parcerias públicas e privadas, principalmente com formações periódicas na área de gestão administrativa e de negócios, formação financeira dos seus membros, cursos de marketing e de gestão de pessoas. Para além das formações de seus membros em processos diretos com produção de seus produtos, a INCOP também buscou integrá-los mais com a própria Universidade, promovendo curso de inclusão digital nas dependências da UFPO (FILHO et al., 2015).

Os resultados desse projeto puderam ser observados quando ele chegou ao seu final. Algumas mudanças foram destaque nesse processo, como a precificação da geleia de pimenta. Antes do projeto entrar em vigor, o preço definido pela associação não correspondia com todos os processos que eram desempenhados e nem com o preço dos concorrentes, o que afetava de maneira negativa a entidade colocando em risco a sua sustentabilidade. Assim em conjunto com a INCOP, a AHOBERO conseguiu trabalhar em uma precificação justa e que representasse, de fato, todo o trabalho despendido na fabricação do seu produto (INCOP, 2020).

Mesmo após o projeto de parceria com a INCOP ter o seu fim, a AHOBERO continuou buscando evoluções dentro da sua instituição, mirando uma renda ainda mais justa para seus membros e ampliação de mercado. Sendo assim, a associação continuou o trabalho iniciado com a INCOP, agora com maior domínio de conhecimentos, e passou a considerar a viabilidade de conseguir até mesmo parcerias internacionais para a exportar a sua geleia de pimenta (INCOP, 2020).

Porém, infelizmente, uma tragédia aconteceu em 05 de novembro de 2015. A barragem do Fundão (RBF), pertencente a mineradora Samarco Mineração S/A, se rompeu e 55 milhões de m³ de resíduos de minério de ferro foram despejados na região de Bento Rodrigues, onde era localizada toda a plantação da AHOBERO. A devastação foi total, pois a tragédia aconteceu na véspera da colheita das pimentas e acabou com aproximadamente 1.500 pés (INCOP, 2020).

Embora toda essa destruição tenha ocorrido com a associação, as últimas informações datadas de maio de 2020, dão conta que a AHOBERO manteve a produção de geleia em um espaço improvisado em Mariana, com um grupo

liderados por mulheres. A Samarco se responsabilizou pela compra e doação de pimentas à associação, porém, seus membros mantêm expectativa que todos serão ressarcidos com novas casas e uma nova sede da AHOBERO no “novo” distrito de Bento Rodrigues, que se chamará “Novo Bento”, como prometido pela empresa causadora da barragem rompida (INCOP, 2020).

4.1.2 Cooperativa UNILABOR de Produção de Roupas e Trabalhos Artesanais

A UNILABOR é uma cooperativa já situada na cidade de João Monlevade – MG e sua atividade é voltada para a produção de uniformes industriais. Os membros dessa cooperativa são exclusivamente compostos por mulheres, e surgiu a partir de uma ideia criada em um clube de mães, no ano de 1969. A INCOP começou a incubação dessa entidade em março de 2013, trabalhando junto as associadas para levantar os problemas que elas achavam mais relevantes. Dentre essas dificuldades, destacam-se: a) falta de conhecimentos técnicos na área de gestão de empresas; b) a comunicação entre as associadas era falha; c) dificuldades com as técnicas de costura na produção; d) falta de participação das associadas nas tomadas de decisão do empreendimento (FILHO et al., 2015).

Após o levantamento desses problemas relatados, a INCOP passou a buscar de maneira interativa, organizar ações que pudessem melhorar os processos internos da cooperativa. Para tanto, foram oferecidos cursos de associativismo e cooperativismos para as integrantes, também foram estabelecidas reuniões regulares e um seminário sobre as questões de qualidade, afinal pontos importantes foram levantados sobre o tema na pesquisa inicial. Somam-se a essas atividades que interferem diretamente na produção interna do empreendimento, algumas ações junto ao Fórum Mineiro de Economia Solidária, como a participação em cursos de gestão de custos e fomento e nas comemorações municipais celebrando o dia internacional do cooperativismo, o que cria cadeias de relacionamentos com outras entidades solidárias (FILHO et al., 2015).

Após essas ações iniciais que INCOP implantou junto a UNILABOR, o empreendimento estava mais estruturado nos seus planos de negócios e a sua equipe com mais conhecimentos técnicos. Assim, se deu a oportunidade de realizar investimentos em novos maquinários e uma mudança no arranjo da fábrica, permitindo a cooperativa um aumento notável na sua produção, pois agora eram capazes de atender mais pedidos e conseguirem entregar dentro do prazo firmado,

sem comprometer a qualidade do produto e não precisar ampliar a jornada de trabalho das associadas. Com tais façanhas, a renda das associadas teve um aumento interessante, afetando positivamente sua vida, além de promover um merecido reconhecimento de mercado da cooperativa. O processo de incubação junto a UNILABOR durou aproximadamente dois anos, após esse período a cooperativa estava desenvolvida o suficiente para conseguir caminhar com as próprias pernas (INCOP, 2020).

O que podemos considerar com o caso da UNILABOR é que, o processo de incubação resultou em ótima evolução da organização como um todo e, também, na vida das cooperadas. Para além disso, os conhecimentos e experiências adquiridos pela equipe da INCOP perante os desafios encontrados no desenvolvimento tanto da UNILABOR, quanto da AHOBERO, foram uma forma concreta de poder intervir positivamente na realidade socioeconômica dos indivíduos das cooperativas, atuando como agentes transformadores através dos preceitos e ideais da Economia Solidária (INCOP, 2020).

4.2 – PROGRAMA REDES DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DE MATO GROSSO – RECOOPSOL

O programa de extensão Rede de Cooperação Solidária de Mato Grosso do Sul - RECOOPSOL, é executado através do Termo de Execução Descentralizada 003/2014, celebrado entre o Departamento de Economia Solidária - DESOL, do Ministério da Cidadania-MC, e a UFMT, sendo a fundação de apoio, Uniselva³, responsável pela sua execução, onde esse é desenvolvido e aplicado por professores e alunos de diversas áreas do saber das instituições. O projeto começou a ser elaborado por esse grupo no ano de 2013 e o início de sua execução foi em 2015, onde as ideias centrais eram a criação, a ampliação e a consolidação de entidades pautadas nos ideais da Economia Solidária e estabelecer redes de colaboração para fortalecer a comercialização de produtos advindos dessas instituições, que eram prioritariamente instituições agrícolas com origem em

³ A principal atividade da Fundação Uniselva consiste no apoio à projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de estímulo a inovação executados pelos servidores docentes, técnicos administrativos, discentes e pessoal complementar vinculados as Instituições Federais de Ensino apoiadas (Fundação Uniselva | Relatório de Gestão Anual 2020, 2020).

comunidades familiares assentadas da reforma agrária (SILVA, 2020). Segundo o site do programa, o objetivo principal é:

Promover o fortalecimento de instâncias de Economia Solidária, a capacitação dos empreendimentos econômicos solidários e o desenvolvimento de estratégias de comercialização através da disponibilização da estrutura de incubação da Universidade Federal de Mato Grosso possibilitando articular rede, ações e políticas públicas territoriais e da Economia Solidária no estado de Mato Grosso (Recoopsol, 2019, n.p.).

Com essas ideias em mente, o Recoopsol atua conjuntamente com movimentos de Economia Solidária em diferentes regiões do estado de Matogrosso, priorizando a agricultura familiar. Essas regiões são: Baixada Cuiabana, Região do Alto Paraguai e Regional Sul. A ligação entre essas regiões se dá pela atuante participação das equipes do programa e dos movimentos do Fórum de Segurança Familiar e Nutricional da Baixada Cuiabana (FTSAN-BC⁴) e o fóruns de Economia Solidária do Alto Paraguai e nas regiões do Sul (SILVA, 2020).

O programa é desenvolvido por projetos de pesquisa e extensão junto as comunidades parceiras, dentre os quais podemos destacar o projeto de Avaliação dos Processos de Gerenciamento da Central da Baixada Cuiabana com Enfoque nos Princípios das Redes de Colaboração Solidária, que em 2020 tinha o objetivo de fazer um mapeamento de custos necessários para efetuar a operação logística de comercialização para atender três redes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (SILVA, 2020). Como já vimos, o projeto tem objetivo de desenvolver mecanismos para agricultura familiar se fortalecer. A partir disso, buscou-se apoiar a inclusão dos empreendimentos sócios ao Recoopsol no Programa Nacional de Alimentação Escolar, que direciona no mínimo 30% de recursos para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (RECOOPSOL, 2019). Foram realizados encontros presenciais nos dois primeiros meses de 2020 com as três redes que iriam atender o PNAE pelo programa, que estão descritas a seguir:

- a) Cooperativa Verde Vitória (CooperVV) e Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé Ltda. (Comprup) – a atividade dessas

⁴ O FTSANES-BC foi criado em 2014, como Fórum Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Baixada Cuiabana, FTSAN-BC, uma ampliação do Fórum Municipal de SAN, de Várzea Grande, que nasceu em 2013 das articulações realizadas dentro do Programa ReDes Votorantim financiado pelo BNDES (SILVA et al., 2021).

cooperativas são o plantio de hortaliças orgânicas e a produção de adubo originados dos resíduos orgânicos descartados por supermercados, restaurantes, entre outras (SILVA, 2020).

- b) Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) – responsável por desenvolver o projeto Rota Caminhos da Agroecologia, que produz e comercializa produtos cultivados agro ecologicamente das mais variadas origens, como frutas, verduras, legumes e até produtos processados, como polpas de frutas, biscoitos e pães (SILVA, 2020).
- c) Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Nossa Senhora do Livramento – Coopernossasenhora (MT) e Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (Coorimbatá) – comercializa produtos da agricultura familiar como frutas, verduras, legumes, melado, laticínios, entre outros (SILVA, 2020).

Porém, com os primeiros casos de contaminação pelo Sars-COV-2 em Mato Grosso, o governo do estado e as prefeituras, suspenderam as aulas, e como consequência dessa medida, não tiveram mais pedidos de alimentos por parte do PNAE às cooperativas participantes. Não havendo mais essa opção, as cooperativas junto com o Recoopsol buscaram alternativas para conseguirem enfrentar a mais nova crise sanitária. As opções encontradas como modo de superação da instabilidade, foram a própria venda direta aos consumidores, com possibilidade de entrega porta a porta e uma inovação tecnológica com uso de aplicativos de comunicação e comercialização (SILVA, 2020).

Além disso, em 2021, o aplicativo desenvolvido possibilitou outras ações como a criação de feirinhas conjuntas. Tendo como nome “Feirinha do Aplicativo Recoopsol”, a intenção era organizar uma venda em conjunto com vários produtos de agricultores familiares e artesãos em parceria com a Rede de Economia Solidária. Dentre esses produtos, pode-se encontrar: diversos produtos orgânicos, pães, doces, frutas, verduras, legumes, artesanatos e confecções (RECOOPSOL, 2021).

O programa Recoopsol, ficou incumbido de criar as ferramentas tecnológicas de comercialização e assim o fez, desenvolvendo o aplicativo necessário a partir de um grupo de pesquisa da UFMT que já trabalhava desenvolvendo aplicativos com a agricultura em sistema de coletas de dados. Com o aporte da equipe de

comunicação do programa, foi produzido textos para divulgação nas mais diversas mídias, desde os canais de comunicação da Recoopsol e suas redes sociais, até conseguindo pautar a mídia televisiva para produzir matérias sobre a mais recente iniciativa. Todas essas ações, em conjunto, foram essenciais para que o alcance das entidades fosse multiplicado, ajudando a ampliar as vendas e conseguindo angariar novos clientes para todas as redes do programa. Outra ação, não menos importante, foi o estudo feito do Recoopsol sobre o preço a ser praticado nos custos das entregas dos pedidos, afinal as redes nunca tinham trabalhado com essa modalidade e precisariam de conhecimentos técnicos sobre o tema (SILVA, 2020).

Após esses levantamentos, pode-se observar que as consequências causadas pela recente pandemia, impôs novos desafios a muitos agentes, e em especial aos empreendimentos econômicos solidários, que tiveram a necessidade de se readequar de forma brutal e as vezes sem os conhecimentos necessários para tal. A forma democrática em que as ITCPs interagem com essas entidades, permite um processo diferenciado, onde consulta e decisão são tomadas de maneira célere, respondendo de forma satisfatória aos problemas emergenciais que surgem (SILVA, 2020). As ações de extensão, nos Coletivos de Economia Solidária, realizadas por professores, pesquisadores associados e discentes, tem gerado perspectivas positivas nas regiões de abrangência desses programas, animando esses coletivos a se mobilizarem e se organizarem localmente, a fim de garantirem renda e vida digna aos associados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária difunde entre os seus ideais uma série de propostas que tem como objetivo a transformação dos seus participantes e dos grupos envolvidos, podendo dessa maneira modificar as relações no mercado de trabalho. Esse modo diferenciado de produção tem como bases o trabalho associativo, as cooperativas, a constituição da pequena empresa comunitária e agricultura familiar, que vem aos poucos mostrando que pode ser uma alternativa viável a superação dos desafios que a concorrência tradicional de mercado impõe e, assim, possibilitando a redução, mesmo que marginal, das desigualdades. A superação de características como a desigualdade social, a fome, o abandono, a pobreza, que foram idealizados por teóricos como Paul Singer e outros, são os pontos fortes dessa outra forma de produção, e tanto dos aspectos já mencionados como também: o cultural, econômico e político, onde envolvem o trabalho como parte de algo maior, pois é da premissa solidária que se organizam essas entidades, pensando no coletivo antes do individual para que cada decisão que influencia a vida de todos seja tomada da melhor forma.

No Brasil, com a criação da SENAES, em 2003, um passo importante foi dado, pois se tratava de um órgão federal de suma importância no encaminhamento das reivindicações do movimento ao Setor Público, além de poder propor aos órgãos governamentais diretrizes importantes a quem fosse adotar políticas baseadas na Economia Solidária. As entidades envolvidas dentro desse campo se organizavam através de Fóruns, como o FBES, criando uma coletividade capaz de dialogar e reivindicar junto ao Governo Federal políticas integradas de apoio e estímulo a Economia Solidária no Brasil. Se por um lado nós podemos perceber que a Economia Solidária apresentou grande evolução depois de toda institucionalização, não é possível também deixar de associar que tal feito está muito ligado ao contexto em que o país vivia, onde existia grande pujança na economia e no desenvolvimento do Brasil. Agora, depois da extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2019, e também a extinção da SENAES, será extremamente difícil calcular os danos, pois o Brasil se encontra mais uma vez em um momento de recessão econômica, com quedas na sua produção, aumento do desemprego e da informalidade.

A dúvida que fica nesse momento é quanto a continuidade das ações da Economia Solidária como um movimento organizado, se esta conseguirá continuar sendo uma conquista cidadã importante. A incerteza no futuro do movimento é maior agora, pois não se sabe o quanto ele pode sofrer no seu desenvolvimento e reconhecimento institucional como um modelo alternativo e importante às relações de mercado capitalistas, diante da falta de apoio do Governo de Jair Bolsonaro, visto que ele até o momento não demonstrou nenhuma disposição em dialogar com os atores da Economia Solidária. Como apoio ainda é possível contar com entidades de representação e assessoria, que das mais diversas maneiras e ações, continuam a apoiar iniciativas no campo da Economia Solidária, como são os casos das ITCPs, geradas dentro das Universidades Federais. Entretanto tais organizações podem vir a perder seu impacto, visto que a implementação do teto de gastos limita o orçamento destinado a Educação, além de cortes orçamentários que o setor vem recebendo nos últimos tempos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LÖBLER, M. L.; PEREIRA, B. A. D. A **Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros**. Caderno EBAPE.BR, v. 14, nº 2, Paper 1, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/20257/59743> Acesso em: 06 dez. 2021
- BITTAR, J. **O modo petista de governar**. em Governos Estaduais: Desafios e Avanços. São Paulo: FPA, 2003.
- BRASIL. **II Conferência nacional de economia solidária “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”**. CONAES, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_I/caderno_propostas_2_conferencia_economia_solidaria.pdf Acesso em: 06 dez. 2021
- BRASIL. **Secretaria de Nacional de Economia Solidária. Relatório de Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal - 2003/2010**. Brasília: SENAES/MTE, 2012. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%20003_2010.pdf Acesso em: 06 dez. 2021
- CULTI, M. N. **Incubadora tecnológica de empreendimentos econômicos solidários: aspectos conceituais e a práxis do processo de incubação**. Maringá: UEM, 2011.
- FILHO, W.R.C.; ALVES, J.C.M.; SILVA, F. F.; VIANA, F.D.F. **Desenvolvimento local e economia solidária: a experiência da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFOP (INCOP)**. R. Experiência, Santa Maria, UFSM, v.1, n.1, p. 37-53, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/18277/18277> Acesso em: 09 dez. 2021
- FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/> Acesso em: 06 dez. 2021
- FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <https://fbes.org.br/2010/07/26/economia-solidaria-3/> Acesso em: 06 dez. 2021
- FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/sobre-o-fbes/> Acesso em: 06 dez. 2021
- FRANÇA FILHO, G. C. et al. (Orgs.). **Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

- FUNDAÇÃO UNISELVA. **Relatório de Gestão Anual 2020**. Disponível em: https://ifmt.edu.br/media/filer_public/e8/df/e8dfbd26-d8b5-40a9-9b0b-c2be365e73c1/relatorio_de_gestao_anual_fundacao_uniselva_2020.pdf
Acesso em: 06 dez. 2021
- GAIGER, L. I. G. **A economia solidária no Brasil: uma análise dos dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- GAIGER, L. I. **Antecedentes e expressões atuais da economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 84, p. 81-99, 2009.
- GAIGER, L. I. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 135-143 p. 2003.
- GAIGER, L.I. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004.
- GOERCK, C.; FRAGA, C. K. **Economia Popular Solidária no Brasil: um espaço de resistência às manifestações de desigualdade da questão social**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI, v. 6, n. 9, p. 103-111, 2010. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_009/artigos/artigos_vivencias_09/n9_13.pdf Acesso em: 06 dez. 2021
- GALIZA, M.; CONZALEZ, R.; SILVA, S. P. **Debatendo a dicotomia formal/informal: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização**. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.
- INCUBADORA de Empreendimentos Sociais e Solidários (Incop). Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/incuba%C3%A7%C3%A3o-agricultura-familiar-e-supera%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 09 dez. 2021
- INCUBADORA de Empreendimentos Sociais e Solidários (Incop). Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/reestrutura%C3%A7%C3%A3o-e-consolida%C3%A7%C3%A3o-da-cooperativa-uni-labor> Acesso em: 09 dez. 2021
- LAVILLE, J-L. (Org.). **Economía social y solidaria. Una visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004.
- LAVILLE, J-L.; ROUSTANG, G. **L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile**. In: DEFOURNY e outros. **Economie social au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999. 217-238 p
- LÉVESQUE, Benoît, MALO, Marie-Claire et GIRARD, Jean-Pierre. **L'ancienne et la nouvelle économie sociale**. In: DEFOURNY e outros. **Economie social au Nord et au Sud**. Bruxelles : Deboeck, 1999.
- LIMA, D. R. L.; CARVALHO, H. A. **Economia solidária como estratégia para o crescimento inclusivo no Brasil**. R. Bras. Planej. Desenv., Curitiba, v. 9, n. 4, p.

636-656, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/13007/7722> Acesso em: 06 dez. 2021

MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MINISTÉRIO do Trabalho e Previdência. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes> Acesso em: 09 dez. 2021

REDE de Cooperação Solidária de Mato Grosso do Sul (Recoopsol). Disponível em: <http://recoopsol.ic.ufmt.br/index.php/2021/01/21/feirinha-do-aplicativo-recoopsol-comeca-hoje-no-shopping-goiaibeiras/> Acesso em: 09 dez. 2021

REDE de Cooperação Solidária de Mato Grosso do Sul (Recoopsol). Disponível em: <http://recoopsol.ic.ufmt.br/index.php/incubacao-de-empresendimentos/> Acesso em: 09 dez. 2021

SILVA, E. M.; TRICAUD, S.; TOCANTINS, N.; PRIANTE, J.; NASCIMENTO T. N. A.; NETO, O. Z. S. **Recoopsol e os coletivos de Economia Solidária: Um processo de fortalecimento de organização Social e Empoderamento local**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.3, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26143/20738> Acesso em: 06 dez. 2021

SILVA J. L. A.; SILVA S. I. R. **A economia solidária como base do desenvolvimento local**. R. Open Journals, e-cadernos CES, 02 | 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1451> Acesso em: 06 dez. 2021

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7424/1/td_2271.pdf Acesso em: 06 dez. 2021

SILVA, S. P. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. Texto para discussão 2434. IPEA. Brasília: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8929/1/td_2434.pdf Acesso em: 06 dez. 2021

SILVA, S. P. **Extensão Universitária, economia solidária e geração de oportunidades no contexto da covid-19: uma visão a partir de três experiências concretas no território brasileiro**. Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise, ano 26, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10189/1/bmt_69_ExtUniv.pdf Acesso em: 06 dez. 2021

SILVA, S. P. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Texto para discussão 2361. IPEA. Brasília: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf Acesso em: 06 dez. 2021

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SINGER, P.; MACHADO, J. **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, P. **A economia solidária no governo federal**. Ipea. v. 24, p. 3-5. 2004.

SINGER, P. “**A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**”, em Boaventura de Sousa Santos (org.), **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Porto: Afrontamento, 71-107, 2002.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Uma outra Economia é possível**. Brasília: Editora Contexto, 2003.

STAVIE, P. **Políticas Públicas e Economia Solidária: considerações e divergências sobre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidaria**. V.13, n.1, 2009. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3005/3859>

Acesso em: 06 dez. 2021

VICTÓRIA, L. B. G. **O Proninc e seu reflexo na ação social das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. Dissertação (mestrado em Política Social) defendida na Universidade Católica de Pelotas. 2011